



Ulrike Zeigermann

Universidade de Würzburg,
Centre Marc Bloch



Alemanha no caminho para 2030!

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1563

A política de sustentabilidade da Alemanha está estruturada em torno de sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (DNS), adotada pela primeira vez em 2002 e alinhada aos ODS em 2016 (Böcher, 2022). A atualização mais recente, em 2025, reafirma a sustentabilidade como princípio orientador em todos os ministérios (Governo Federal da Alemanha, 2025a). A coordenação ocorre no mais alto nível político: a Chancelaria Federal. Um Ministro de Estado para Sustentabilidade lidera um comitê de secretários de Estado de todos os ministérios. O Parlamento e o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável, órgão independente, também desempenham papéis consultivos.

Na prática, a estratégia concentra-se em seis áreas de transformação:

- Bem-estar humano e justiça social;
- Ação climática e transição energética;
- Economia circular;
- Mobilidade e construção sustentáveis;
- Agricultura sustentável e sistemas alimentares;
- Ambiente livre de poluentes.

A Alemanha também acompanha o progresso por meio de um sistema de indicadores administrado pelo Departamento Federal de Estatística. A cada dois anos, relatórios avaliam

se o país está no caminho certo. Em 2023, o relatório “Fora do Rumo” destacou em quais áreas a Alemanha está ficando para trás.

O arranjo institucional geral é muito robusto. Pesquisadores descrevem a Alemanha como um “Estado emergente de sustentabilidade” – ou seja, um país que dispõe de muitas das instituições formais necessárias para governar o desenvolvimento sustentável (Rose, 2025). Ainda assim, instituições por si só não garantem resultados.

A estrutura federativa alemã confere poder significativo aos seus 16 estados (Länder) e aos municípios. Cidades e regiões são responsáveis por muitas políticas relacionadas aos ODS, como educação, habitação, transporte, planejamento territorial e ação climática local. Isso cria oportunidades de inovação. Mais de 265 municípios assumiram o compromisso de implementar os ODS em nível local (Governo Federal da Alemanha, 2025b). Algumas cidades adotaram estratégias de sustentabilidade, criaram órgãos específicos e instituíram sistemas de monitoramento.

Mas o quadro é desigual. Pesquisas mostram que, embora muitas cidades adotem a linguagem da sustentabilidade, apenas uma minoria possui estratégias abrangentes implementadas (Schwarz, 2025). Cidades mais ricas, com maior capacidade administrativa, tendem a avançar mais rapidamente. Municípios menores ou com restrições financeiras fre-

quentemente enfrentam dificuldades. A ação climática, por exemplo, permanece voluntária no nível local. Como resultado, há grande variação em termos de ambição e implementação. Essa diversidade pode estimular a experimentação, mas também tende a aprofundar as desigualdades territoriais.

Em síntese, o sistema de governança multinível da Alemanha é, ao mesmo tempo, uma força e um desafio. A ambição nacional precisa ser traduzida para a realidade local – e essa tradução não ocorre automaticamente.

Avaliando a Implementação dos ODS na Alemanha

A terceira Revisão Nacional Voluntária (RNV) da Alemanha, em 2025, apresenta um quadro misto da implementação dos ODS no país (Governo Federal da Alemanha, 2025b). Entre as áreas de progresso visível estão a expansão das energias renováveis, uma legislação climática robusta, o amplo compromisso institucional com a sustentabilidade e o aumento da participação de atores sociais.

Ao mesmo tempo, segundo o monitoramento oficial, 33 dos 75 indicadores de sustentabilidade correm atualmente o risco de não atingir suas metas (Comitê de Secretários de Estado para o Desenvolvimento Sustentável, 2023). Áreas problemáticas incluem a redução de gases de efeito estufa, os sistemas agrícolas e alimentares, a poluição, a diferença salarial de gênero, as taxas de obesidade e o abandono escolar precoce.

Talvez o dado mais marcante seja o desempenho da Alemanha no Índice Global de Spillover, que mede como os padrões de consumo e produção de um país afetam outros países. No Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2025, a Alemanha ocupa apenas a 146ª posição entre 167 países (Sachs et al., 2025). O alto consumo de recursos, as emissões de gases de efeito estufa e os impactos ambientais incorporados às cadeias globais de suprimento ajudam a explicar essa colocação desfavorável.

Isso revela um problema mais profundo: mesmo que as políticas domésticas melhorem, o modelo econômico alemão, baseado em alto consumo e produção industrial, gera pressões de sustentabilidade além de suas fronteiras.

Desde 2015, a Alemanha tem buscado integrar a sustentabilidade em diferentes políticas setoriais. Ferramentas digitais como a avaliação eletrônica de sustentabilidade são utilizadas no processo legislativo. Ministérios apresentam relatórios de sustentabilidade e a coordenação interministerial melhorou.

No entanto, a fragmentação estrutural persiste. Agricultura, transporte, indústria, defesa e política econômica seguem lógicas próprias. Barganhas políticas, interesses estabelecidos e paradigmas econômicos consolidados limitam mudanças mais profundas. Como resultado, a integração da sustentabilidade frequentemente avança por meio de melhorias procedimentais, e não por mudanças fundamentais nas prioridades políticas ou na alocação orçamentária. Existe o risco de que, nos anos finais até 2030, a sustentabilidade se torne um exercício de prestação de contas, e não um motor de transformação estrutural.

Três Grandes Desafios pela Frente

À medida que 2030 se aproxima, três grandes desafios de governança se destacam.

Primeiro, a sustentabilidade exige planejamento de longo prazo, enquanto a política costuma operar em ciclos curtos. Crises econômicas, choques nos preços da energia ou preocupações com segurança podem rapidamente alterar prioridades. A Alemanha já observou como debates sobre custo de vida e segurança energética podem, temporariamente, ofuscar metas climáticas. Mesmo com instituições sólidas, a atenção política pode se dispersar. Manter compromissos de longo prazo em tempos de crise será um teste decisivo.

Segundo, muitas metas dos ODS dependem da implementação local, desde a mobilidade sustentável até a política habitacional. Quando os estados federados (Länder) oferecem financiamento, orientação e coordenação, os municípios conseguem ampliar boas práticas. Quando esse apoio é insuficiente, as lacunas de implementação se ampliam. O progresso futuro da Alemanha dependerá, fortemente, de saber se as ambições nacionais serão acompanhadas por apoio financeiro e administrativo suficiente nos níveis subnacionais.

Terceiro, pesquisadores argumentam que a Alemanha enfrenta um “teto de transformação” (Hausknost, 2022). Embora a regulação ambiental tenha se expandido, mudanças estruturais mais profundas permanecem limitadas pela dependência do crescimento econômico, pela infraestrutura baseada em combustíveis fósseis, por padrões de ocupação territorial dependentes do automóvel e por estilos de vida intensivos em recursos. Ganhos incrementais de eficiência por meio de melhor tecnologia e produção mais limpa, podem não ser suficientes para alcançar a visão transformadora dos ODS.

Os ODS oferecem um marco amplo e uma linguagem compartilhada. Contudo, não podem, por si só, resolver conflitos distributivos ou redefinir prioridades econômicas.

Conclusões

A Alemanha construiu uma impressionante arquitetura de governança para a sustentabilidade: as instituições estão estabelecidas, os sistemas de monitoramento funcionam, há estruturas de liderança política e a participação social aumentou.

No entanto, os resultados revelam uma história mais complexa: muitos indicadores estão fora do rumo, os impactos ambientais globais permanecem elevados, a implementação subnacional é desigual e a integração de políticas ainda é parcial.

Nos últimos cinco anos até 2030, portanto, será menos uma questão de ajustes técnicos e mais uma questão de decisões políticas: a Alemanha alinhará os orçamentos públicos, os incentivos econômicos e as medidas políticas setoriais de forma mais consistente com os objetivos de sustentabilidade? Apoiará os municípios a colmatar lacunas de capacidade? Abordará os elevados padrões de consumo e os custos ambientais externalizados? Ou a sustentabilidade continuará a ser predominantemente incremental, ou seja, melhorará a eficiência sem alterar fundamentalmente o modelo de desenvolvimento do país?

Em última análise, o caminho da Alemanha até 2030 é um teste de governança. Estratégias, indicadores e comitês por si só não são suficientes. A questão decisiva é se a sustentabilidade se tornará o princípio orientador das políticas públicas ou se continuará sendo um objetivo entre muitos outros que competem por prioridade.

Se a Alemanha conseguir transformar suas sólidas bases institucionais em ações coerentes, multifacetadas e transformadoras, poderá servir de importante exemplo para outros países. Caso contrário, poderá revelar os limites da construção de um Estado sustentável em sociedades orientadas para o consumo.

Os próximos cinco anos mostrarão se as ambições sustentáveis da Alemanha estão à altura da magnitude dos desafios globais que se avizinham.

Referências

Böcher, M. 2022. “Nachhaltigkeit als Politikfeld in Deutschland (Sustainability as a Policy Area in Germany).” *Bürger Und Staat* 72 (4): 169–177.

Federal Government of Germany. (2025a). Shaping transformation together. German Sustainable Development Strategy: Update 2025 <https://www.bundesregierung.de/resource/blob/998440/2354316/e41c43aab6ad2a8d5aec54e9264a48b3/2025-05-13-dns-2025-en-data.pdf?download=1>

Federal Government of Germany. (2025b). Germany’s Third Voluntary National Review to the HLPF 2025. <https://www.bundesregierung.de/resource/blob/975228/2387726/130257eb34fd5aeb653a91895faef41e/2025-10-07-hlpf-vnr-2025-englisch-data.pdf>

Hausknost, D. (2020). The environmental state and the glass ceiling of transformation. *Environmental Politics*, 29(1), 17–37. <https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1680062>

Rose, M. (2025). From the environmental state to the sustainability state? Conceptualization, indicators, and examples. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 21(1), 2463188. <https://doi.org/10.1080/15487733.2025.2463188>

Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Lablonovski, G. (2025). Financing Sustainable Development to 2030 and Mid-Century. Sustainable Development Report 2025. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. <https://doi.org/10.25546/111909>

Schwarz, S. K. (2025). Urban sustainability commitment in Germany – attempts to nail a pudding to the wall. *European Planning Studies*, 33(1), 42–62. <https://doi.org/10.1080/09654313.2024.2410237>